

HABEAS CORPUS Nº 515.152 - SP (2019/0167351-3)

RELATOR : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
TADEU JOSE MIGOTO FILHO - PR061564
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : DIEGO SILVA RAMOS (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de **Diego Silva Ramos** contra o acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça local no HC n. 2208749-61.2018.8.26.0000, assim ementado (fl. 380):

Habeas corpus - Pretendida reforma de decisão que revogou o livramento condicional - Via inadequada para análise do pedido - Indeferimento liminar do writ Em sede de habeas corpus é inviável reexaminar decisão que revogou o benefício do livramento condicional. A matéria deve ser apreciada em grau de recurso pelo próprio Tribunal de Justiça, mas em sede de Agravo em Execução.

Narram os autos que o Juízo da 5ª Unidade Regional de Execução Criminal revogou o livramento condicional, fixou o regime fechado e declarou a perda de 1/3 dos dias remidos, em razão *do descumprimento das condições impostas (cometimento de novo delito, até porque houve a condenação no feito* (fl. 364), nos autos do Processo de Execução n. 7007117-50.2012.8.26.0050.

O Tribunal de Justiça paulista não conheceu da impetração, por se tratar de substitutivo de recurso.

Vem a defesa, na presente impetração, apontar constrangimento ilegal na revogação do livramento condicional, por entender que *a prática de infração penal pelo contemplado com o livramento condicional não suspende, por si só, o curso do prazo de prova* (fl. 5).

Diz que, *conquanto o novo fato criminoso imputado ao condenado tenha se operado no dia 12 de março de 2015, o prazo do livramento não foi suspenso até a data de 10 de março de 2017, com a qual houve o encerramento do período de prova* (fl. 8).

Sustenta que, *uma vez cumpridas as condições e expirado o prazo do livramento condicional sem revogação e, sobretudo, sem suspensão determinada ainda*

no período de prova, a pena privativa de liberdade é automaticamente extinta com o término do livramento condicional (fl. 9).

É o relatório.

Inicialmente, destaco que a concessão de liminar em *habeas corpus* é medida excepcional, cabível apenas quando a decisão impugnada estiver eivada de ilegalidade flagrante, demonstrada de plano, o que não ocorre no presente caso.

Com efeito, **nesse primeiro juízo de cognição sumária**, não vejo o *fumus boni iuris* do pedido, porquanto, além da supressão de instância observada com o não conhecimento da impetração pelo Tribunal de Justiça paulista, a motivação que ampara o pedido liminar se confunde com o próprio mérito do *writ*, devendo o caso concreto ser analisado mais detalhadamente quando do seu julgamento definitivo.

Ao que se observa dos autos, a revogação do livramento condicional foi antecedida pela suspensão do benefício em razão de cometimento de outro crime, tendo o Juízo da execução anotado que *o sentenciado durante o período de prova do livramento condicional foi preso em flagrante delito no dia 13/5/2015 e provisoriamente condenado nos autos do processo a que se refere o PEC n. 0011898-98.2016.8.26.0050 (fl. 299).*

Ademais, consta do acórdão recorrido que, *nas hipóteses em que tenha havido interposição dentro do prazo legal, deve o reeducando simplesmente aguardar a decisão do Tribunal; naquelas situações nas quais, todavia, simplesmente deixou que mencionado prazo transcorresse in albis, nada mais há para ser feito, estando a questão preclusa (fl. 381).*

Nesse contexto, por ora, não verifico a existência de constrangimento ilegal apto à concessão da medida de urgência.

Ante o exposto, **indefiro** o pedido liminar.

Solicitem-se informações à autoridade coatora e ao Juízo de primeiro grau competente (Processo de Execução n. 7007117-50.2012.8.26.0050, em curso na 5ª RAJ – DEECRIM), quanto ao andamento da execução, esclarecendo se a decisão que

suspendeu o livramento condicional foi proferida dentro do período de provas, bem como se houve prorrogação do referido período; enviando cópia da decisão que deferiu o benefício.

Após, ao Ministério Público Federal para parecer.

Publique-se.

Brasília, 11 de junho de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator

